



## **ANDES-SN em luta pela valorização da carreira e reajustes salariais**

*Págs. 4 a 7*

**#JacyFica:** Diretora do ANDES-SN sofre perseguição na Ufes  
*Pág. 8*

**42º Congresso do ANDES-SN:** Ceará - terra da luz e de resistência  
*Pág. 12*

Iniciamos o ano de 2024 com muitos enfrentamentos e mobilizações em diferentes frentes da categoria docente e de nossa classe. Infelizmente, estamos acompanhando o caso de perseguição de diferentes docentes. Dentre elas, a diretora do ANDES-SN, Jacyara Paiva, que tem sofrido com a possibilidade de sua exoneração na Ufes. Importante lembrar que a Ufes é uma das universidades brasileiras que sofreu intervenção no governo de Bolsonaro e as consequências deste processo foram imensamente danosas à comunidade acadêmica daquela instituição. Reiteramos que Jacy – mulher negra e militante sindical e social - ficará, e, com ela também, **O POVO NEGRO FICA**.

Em outra região do Brasil, no estado do Piauí, são as docentes da Uespi que entoam palavras de ordem e de luta a partir da construção de uma forte greve, cobrando que o governo de Rafael Fonteles (PT), atenda a reivindicação de recomposição de perdas salariais. A luta pela recomposição salarial é central nos estados e também para servidoras

e servidores federais, que reafirmaram posição de NÃO aceitar a proposta do governo de reajuste zero em 2024 e de exclusão de aposentadas e aposentados no processo de negociação.

O mês de janeiro de 2024 marca também os cinco anos de um dos maiores crimes ambientais e do maior acidente de trabalho da história do Brasil. Em 2019, a cidade de Brumadinho, em Minas Gerais, foi destruída pelos rejeitos de ferro, lama e água da barragem principal da Vale, na mina do Córrego do Feijão. Lembramos as 272 vítimas deste crime ambiental e exigimos reparação e justiça. A tragédia que devastou o território de Brumadinho, a história de vida daquelas famílias, sinaliza o drástico resultado do avanço do Capital sobre o meio ambiente. **NÃO ESQUECEREMOS**.

No marco de nossas reivindicações, defendemos a expansão das Instituições Federais de Ensino (IFE) com uma educação de qualidade e socialmente referenciada, considerando as demandas da classe trabalhadora

brasileira ainda distante das universidades, em especial, em regiões mais remotas do país. Por isso, apesar de saudarmos a iniciativa de criação de novos 100 campi de institutos federais prometidos pelo governo neste mês, demonstramos a preocupação com a expansão dos IF reproduzir os mesmos problemas e limites do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) de 2007, que, em muitos locais, ainda segue pendente, em especial, pela falta de orçamento e precarização das condições de trabalho.

Por fim, é com satisfação que aguardamos o 42º Congresso do ANDES-SN, que acontecerá na UFC, no Ceará, com a acolhida da Adufc, que representa as instituições federais de ensino superior daquele estado. Se por um lado, docentes da Adufc nos acolhem neste importante espaço de construção de nosso plano de lutas, também serão acolhidos(as) em sua reincorporação ao ANDES-SN, fortalecendo nosso sindicato nacional.

# DIA NACIONAL DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS

07 DE FEVEREIRO



## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Luciano Beregeno e Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli, Luciano Beregeno, Letícia Figueiredo DrT 4124/DF

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

# ANDES-SN critica a expansão dos IFs sem compromisso com a qualidade da educação

Os institutos federais (IF), instituídos pela Lei 11.892/2008, completaram 15 anos em 29 de dezembro de 2023. Para celebrar a data, o governo federal anunciou que pretende criar mais 100 campi de institutos federais até o final do mandato, em 2026. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC) conta hoje com 38 institutos federais, dois centros federais de Educação Tecnológica (Cefet) e o Colégio Pedro II, além de escolas técnicas ligadas a universidades federais, totalizando cerca de 680 campi em todas as regiões brasileiras. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) prevê R\$ 3,9 bilhões para a expansão. Os detalhes do plano ainda não foram definidos e divulgados.

O ANDES-SN vê a criação dos novos 100 campi dos institutos federais com reservas e teme que ocorra o mesmo que aconteceu com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de abril de 2007. “A expansão da Rede Federal deve ser festejada. Sua precarização e descaracterização, no entanto, deve ser combatida com muita luta. O anúncio dos 100 novos campi dos institutos federais deve ser bem recebido, pois a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica pretende oferecer aos estudantes da classe trabalhadora educação de qualidade, sustentada no tripé ciência, trabalho (como elemento formativo) e cultura, num ambiente democrático e inclusivo”, afirma Cláudio Fernández, 2º tesoureiro da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN.

Na opinião de Fernández, que também é presidente do Seção Sindical do ANDES-SN no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (Sindoif SSind), o anúncio representa a necessária retomada da expansão da Rede Federal, após um hiato de 10 anos, que inclui o segundo mandato do governo Dilma Rousseff (PT) e, ainda, os governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

Os IF são originários de 19 escolas centenárias de aprendizes artífices. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional iniciou antes da Lei 11.892/2008, quando o governo federal revogou, por meio da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, a proibição de criação de novas unidades federais de ensino profissional, prevista no § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O processo de expansão dos IF começou, portanto, em 2005, e foi dividido em três fases. A fase I buscou construir escolas em estados ainda desprovidos de IF, como Acre, Amapá e Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, além da implantação em periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. O projeto previu a criação de cinco escolas técnicas federais e de quatro escolas agrotécnicas federais, bem como de 33 novas unidades de ensino descentralizadas. Em 2007 iniciou a fase II, que previa a criação, em quatro anos, de mais 150 novos IF. A fase III, iniciada em 2011, estabeleceu a criação de 208 novas unidades até 2014.

O diretor do Sindicato Nacional destaca que houve falhas no processo de expansão, iniciado em 2005. De acordo com Fernández, a fase III, que deveria ter sido concluída em 2014, ainda está incompleta. “Muitos dos seus campi - e até alguns dos campi da Fase II, que deveriam ter sido concluídos em 2011 - não contam com a infraestrutura inicial completa, como prédios e equipamentos, nem com o quadro completo de professoras e professores e também de técnico-administrativos(as)”, ressalta.

Na publicação “Precarização das Condições de Trabalho I - Cargos, Vagas e Reuni: os Efeitos da Expansão Quantitativa da Educação Federal”, lançada em 2013, o ANDES-SN reforça que a expansão das universidades federais não foi acompanhada da melhoria das condições de trabalho das professoras e dos professores, nem da melhoria na infraestrutura das instituições de ensino superior e aprofundou os problemas que já existiam

à época, como a falta de laboratórios, o número insuficiente de servidoras e servidores, longas jornadas, obras atrasadas, entre outros, conforme denúncias feitas pelas seções sindicais.

De acordo com Fernández, existe uma contradição entre a expansão e a consolidação dos IF. “A falta de consolidação aumenta a precarização, evidenciada na redução de orçamento, em práticas produtivistas e com viés autoritário, como a Portaria do MEC 983/2020, que amplia a carga horária das professoras e professores dos IF e determina a obrigatoriedade de registro eletrônico de frequência. Essa contradição afasta a realidade da ideia original. Os cortes no orçamento da Educação atingem os programas de bolsas e auxílios, fundamentais para a permanência dos estudantes, trabalhadoras e trabalhadores, mulheres, negras e negros, pessoas LGBTQIAP+ e outros grupos oprimidos, pois os cortes significam redução da porcentagem de estudantes atendidos, assim como dos valores de bolsas e auxílios. As atividades culturais também têm diminuído pela falta de verbas e de tempo das servidoras e servidores, sobrecarregados com as políticas de aumento da ‘eficiência’, empobrecendo a formação dos estudantes”, critica.

O 2º tesoureiro da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN informa, ainda, que há um ano, no período de transição entre governos e nos primeiros meses do governo Lula, falava-se em expandir de 680 para 1000 campi. “Considerando que nos países com a educação melhor avaliada do mundo, o ensino técnico-profissional chega a 50% dos estudantes e no Brasil não atinge nem 5%, a Rede Federal poderia muito bem crescer 10 vezes. O crescimento pensado à época - mais 300 campi - e os 100 campi anunciados agora são tímidos e muito insuficientes para atender as necessidades do povo trabalhador e compensar, minimamente, o atraso histórico da educação brasileira”, desaprova Cláudio Fernández.

# SPFs rejeitam contraproposta do governo e lutam contra reajuste zero em 2024

Na resposta protocolada no dia 31 de janeiro, percentuais reivindicados estão divididos em dois blocos de reajuste



**S**ervidoras e servidores públicos federais rejeitaram a contraproposta salarial de reajuste zero em 2024, apresentada pelo governo federal em dezembro de 2023. A decisão foi confirmada pela Plenária Nacional organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pelo Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), na tarde de 30 de janeiro. O ANDES-SN esteve representado por Annie Schmaltz Hsiou, 3ª Secretária, e Luiz Eduardo Neves, 1º vice-presidente da Regional Nordeste I.

Em sua participação, Luiz Eduardo fez um balanço da reunião do Setor das Instituições Federais do Ensino Superior (Ifes) do Sindicato Nacional realizada no sábado (27), que deliberou pela rejeição da proposta do governo federal e decidiu acatar a apresentação de uma proposta consensual do Fonasefe, Fonacate e centrais sindicais. “Nosso objetivo aqui nessa plenária é buscar unidade, construir uma resposta, dentro das especificidades de cada uma das categorias”, afirmou o integrante da Coordenação Nacional do Setor das Ifes. As entidades apontaram as razões pelas

quais a contraproposta do governo foi rejeitada. Os percentuais diminutos para 2025 e 2026, associados ao reajuste zero em 2024, não contemplam a necessidade efetiva de recomposição salarial de servidores e servidoras públicos federais em atividade, aposentados e aposentadas e pensionistas e desconsidera as perdas históricas do período entre julho de 2010 e junho de 2023, conforme reivindicado, restringindo-se ao período do atual governo (2023 a 2026).

Além disso, da forma como o governo propôs, cerca de 51% da categoria - que

## Diferenças das propostas do Fonasefe e do Fonacate

Ponto que sempre suscita questionamentos é a diferença das propostas levadas ao governo pelo Fonasefe e pelo Fonacate. A seguir, apresentamos algumas considerações:

- A proposta do Fonasefe não é linear. Considera as perdas acumuladas por cada bloco de órgãos. Assim, para o bloco I, que tem maiores perdas acumuladas, a proposta é recomposição de 34,32%, dividida em 3 parcelas (2024, 2025 e 2026) de 10,34%. Para o bloco II (bloco que atinge a base do ANDES-SN), a recomposição é de 22,71%, também dividida em três parcelas iguais de 7,06%.
- Os índices propostos pelo Fonasefe não são aleatórios, consideram a inflação acumulada entre o governo Temer (1º de setembro de 2016) e dezembro de 2023, com a inflação projetada para 2024 e 2025, totalizando 53,72%. Deste percentual, são abatidos os reajustes que cada bloco teve no período.
- A proposta do Fonacate é linear e prejudicaria, sobretudo, a parcela de órgãos que acumulou maiores perdas. Além disso, sua base considera apenas o que foi concedido aos outros poderes.

são aposentados, aposentadas e pensionistas, além de uma parcela da categoria entre os ativos que não usufruí os benefícios assistenciais – ficaria excluída do reajuste.

Outro ponto é a correção dos valores dos benefícios (auxílio-alimentação, saúde suplementar e auxílio-creche), que não alcança a equiparação com os demais servidores do Legislativo e do Judiciário, ainda que, por iniciativa do próprio governo, os impedimentos previamente existentes para que a equiparação ocorresse tenham sido removidos quando da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ao final da Plenária, foi deliberado intensificar as mobilizações da Campanha Salarial 2024. No dia 22 de fevereiro, em mais uma rodada de negociação da Mesa de Carreira, o ANDES-SN estará presente para defender o projeto de carreira da categoria. Será um dia de mobilização nacional, com atividades conjuntas desenvolvidas com o Sinasefe e a Fasubra. O Sindicato Nacional orienta que as seções sindicais mobilizem ações nos locais de trabalho.

No dia 26 o Fonasefe realiza uma live para discussão e detalhamento da proposta que a bancada sindical apresentou ao governo em 31 de janeiro. E no dia 28, o debate será a recomposição salarial em mais uma rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Com o 42º Congresso do ANDES-SN já em curso, o Sindicato Nacional garantirá a presença de dirigentes nas discussões em Brasília. Também está em construção um calendário de atividades com as demais carreiras do serviço público federal sobre os rumos da luta, inclusive a ampliação da discussão com as bases sobre a possibilidade de greve. Apesar de algumas categorias já terem tirado indicativo de greve, o tema não é pacífico e ainda deverá ser muito debatido ao longo do próximo período.



### Resposta à contraproposta do governo: recomposição salarial

A proposta protocolada junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), no dia 31 de janeiro, foi recebida por José Lopes Feijóo, Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do MGI. Nela, é reivindicado o reajuste referente às perdas salariais decorrentes a partir do governo Temer (desde 1º de setembro de 2016) até dezembro de 2023 acrescidas das projeções inflacionárias dos anos de 2024 e 2025. A proposta divide-se em dois grupos distintos de servidores:

#### Bloco I

- Reajuste de 34,32% dividido em 3 parcelas iguais de 10,34% em 2024, 2025 e 2026;

Bloco II (bloco em que estão docentes das IFE)

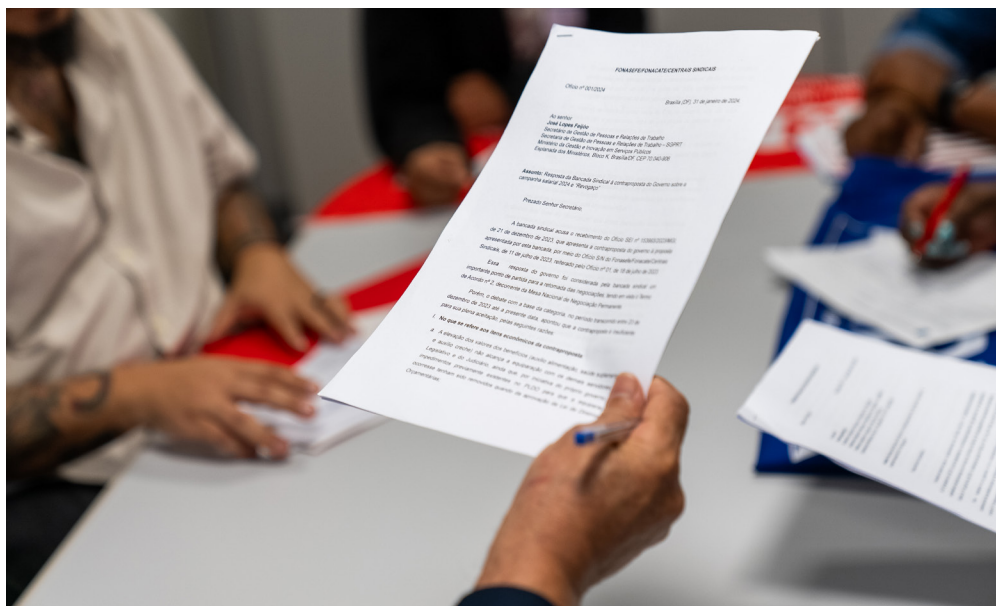
- Reajuste de 22,71% dividido em 3 parcelas iguais de 7,06% nos meses de maio de 2024, 2025 e 2026.

A resposta reivindica, ainda, que seja registrado no Termo de Acordo, o compromisso do governo em abrir negociação acerca das perdas salariais históricas a partir de julho de 2010.

Quanto à equiparação de benefícios, o documento defende a total equiparação com os servidores do Legislativo e do Judiciário, ainda em 2024, considerando que não há impedimento na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A proposta das e dos SPF reforça ainda pontos do “revogaço” de medidas criadas durante o governo Bolsonaro e reafirma a exigência de revogação da contrarreforma da Previdência Social (EC 103/2019), o fim da contribuição previdenciária de aposentados, aposentadas e pensionistas (EC nº 41/2003) e o reconhecimento dos tempos especiais para fins de aposentadoria, previstos nas Orientações Normativas MPOG nº 16 de 23 de dezembro de 2013; Nota Técnica SEI nº 48.865/2021 ME; Nota Técnica SEI nº 05/2022 COGEP/SAA/SE/MS.

A íntegra do documento protocolado junto ao MGI pode ser acessada no QR Code abaixo.



# Docentes das Estaduais e Municipais **iniciam** 2024 em luta

*Categoria reivindica recomposição salarial, melhores condições de trabalho e autonomia universitária*



Adcesp SSind/Divulgação

**P**rotestos, atos e mobilizações fazem parte da agenda de lutas de docentes de diversas instituições públicas de ensino superior nos estados e municípios, ocupando ruas, praças em frente às assembleias legislativas e também nas ruas e praças para denunciar o descaso dos governos com as reivindicações da categoria. Professoras e professores iniciaram o ano de 2024 em luta por recomposição salarial, pela valorização das carreiras, melhores condições de trabalho e pela autonomia universitária.

Na Paraíba, a Associação de Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (Adupeb - Seção Sindical do ANDES-SN), que integra o Fórum de Servidores Estaduais da Paraíba, tem cobrado do governador João Azevêdo (PSB), por meio de ofícios e atos, uma mesa de negociação para discutir a reposição salarial linear de 22%, para as servidoras e os servidores estaduais, ativos e aposentados, além da instalação de uma mesa de negociação permanente. Azevêdo concedeu apenas 5% de reajuste linear no mês de janeiro.

Desde o início do ano, já ocorreram quatro atos públicos no Centro Administrativo de João Pessoa, em frente à Assembleia Legislativa do Estado da

Paraíba e na residência oficial do governador para cobrar a abertura de negociações.

No Piauí, as e os docentes da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) iniciaram uma greve em 2 de janeiro, após um ano de intensa pressão pela negociação da Campanha Salarial no ano anterior e sem receber nenhuma resposta do governo. Na tentativa de acabar com o movimento paredista, o governador Rafael Fonteles (PT) tem adotado medidas repressivas antissindiais, entre elas o corte de ponto, o que resultou em perdas salariais, para deslegitimar o atual processo de mobilização, mesmo com a greve sendo considerada legal pelo poder Judiciário.

O ANDES-SN, por meio do fundo de solidariedade, vem dando suporte aos docentes prejudicados, com apoio financeiro em demandas individuais de forma excepcional. O Sindicato Nacional também está garantindo o apoio às atividades de greve por meio do Fundo Único da entidade.

A Associação dos Docentes da Uespi (Adcesp Seção Sindical do ANDES-SN) e outras entidades representativas do funcionalismo público estadual assinaram um documento reivindicando um reajuste de 22% para compensar as perdas inflacioná-

rias dos últimos anos (2021, 2022 e 2023). Outra demanda que ainda não foi atendida pelo governo é a retirada de pauta do PLC 09/2023, que ataca a autonomia universitária e prejudica a comunidade acadêmica da Uespi. De acordo com a Adcesp SSind, as perdas salariais acumulam uma defasagem superior a 68%.

No dia 31 de janeiro, uma comissão composta por docentes da coordenação da seção do ANDES-SN e do Comando de Greve se reuniu com o governo do estado na primeira mesa de negociação realizada após o início da greve. Na ocasião, o governo se comprometeu a debater internamente as reivindicações e apresentar, por escrito, uma resposta. No entanto, até o dia 8 de fevereiro ainda não apresentou qualquer proposta.

A categoria segue com ações, atos e diálogos com o conjunto da sociedade. Além da questão salarial, as e os docentes também enfrentam problemas de estrutura na Uespi nos últimos anos. (Confira no BOX ao final da matéria)

No Ceará, a categoria docente segue organizada com o Fórum Unificado das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos do Ceará (Fuaspec) realizando



atos e mobilizações no estado em defesa da Campanha Salarial 2024, iniciada em 2023. O governo de Elmano de Freitas (PT) não prosseguiu o diálogo com as e os docentes, que amargam perdas salariais de mais de 35%. Uma nova rodada de negociações estava prevista para ocorrer no dia 5 de fevereiro. No entanto, o governo cancelou a Mesa Estadual de Negociação Permanente (MENP) usando como justificativa o adocimento de Elmano de Freitas, e nenhum diálogo acerca do reajuste foi realizado com a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). A previsão é que a mesa ocorra até o final do mês de fevereiro.

Neste primeiro momento, as servidoras e os servidores exigem a reposição salarial em 2024 de 10%, respeitando a data base de 1º de janeiro, conforme Lei nº 14.867/2011, e a apresentação de um cronograma de execução. Outros pontos também constam na pauta: ascensão funcional, concurso público, reavaliação da reforma da Previdência estadual, correção dos valores das diárias e auxílio alimentação para todas e todos servidores.

No Paraná, ocorreu no dia 5 de fevereiro a primeira reunião de 2024 do Comando Sindical Docente (CSD) com a presença de professoras e professores das sete universidades: Estadual do Paraná (Unespar), do Centro-Oeste (Unicentro), de Londrina (UEL), do Norte do Paraná (Uenp), do Oeste do Paraná (Unioeste), de Ponta Grossa (UEPG) e de Maringá (UEM).

O encontro teve como objetivo o planejamento da Campanha Salarial de 2024, que terá como prioridade a reposição das perdas salariais na data-base,

a correção das distorções na carreira docente e o enfrentamento à Lei Geral das Universidades (LGU). Essa lei ataca a autonomia universitária e reduz o número de docentes efetivos, entre outros problemas. Também foram discutidos alguns itens da mudança no Plano de Carreira, que não foram contemplados no último ano e que se mantêm na pauta. Durante a reunião, foram iniciados os preparativos para a organização do III Encontro Estadual sobre a LGU, que ocorrerá em Cascavel (PR) no dia 12 de abril.

As e os docentes da Universidade de Gurupi (Unirg), universidade municipal situada em Tocantins, estão em estado de greve desde o dia 17 de janeiro contra uma proposta que altera a Lei Orgânica do Município e traz prejuízos à universidade, afetando a carreira docente, o regime de trabalho e, especialmente, os princípios da autonomia universitária.

Na tentativa de cercear o direito à mobilização, a Fundação Universidade de Gurupi (Unirg) entrou com uma liminar na justiça alegando que a Associação de Professores da Unirg (Apug – SSind) não teria o direito de deflagrar greve e exigia uma pena de R\$ 50 mil por dia de descumprimento, caso a greve fosse iniciada. A Justiça do Estado de Tocantins rejeitou a tentativa de cercear e criminalizar o movimento na Unirg. As e os docentes continuam na luta para derrubar a proposta, ocupando a universidade, as ruas, as redes sociais e a mídia local para divulgar o caso e exigir uma audiência pública junto à Câmara de Vereadores e o arquivamento da proposta.

“As Instituições de Ensino Superior Estaduais, Municipais e Distrital começaram a se mobilizar em todo o país em

defesa da reposição salarial. Em todos os estados e municípios, docentes acumulam perdas salariais e até o momento, a grande maioria dos governos não se pronunciou. A greve na Uespi e a intensa mobilização na Paraíba são lutas mais radicalizadas em defesa de melhores condições salariais e devem ser seguidas em outros estados, em que os servidores já apresentaram aos governos reivindicação salarial. A omissão ou as propostas rebaixadas dos governos é produto da política de desvalorização dos servidores públicos, independente de partidos, que vêm sucateando os serviços públicos e prol de benefícios para o capital”, avaliou Alexandre Galvão, 2º secretário do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (lees/Imes) do Sindicato Nacional.

A comunidade acadêmica da Uespi tem enfrentado nos últimos anos um abandono por parte do governo e administração da universidade no que diz respeito às suas instalações. No dia 5 de fevereiro, um incêndio atingiu o prédio de Patrimônio da Uespi, localizado no campus Torquato Neto, em Teresina (PI). A suspeita é que um curto-circuito possa ter dado início às chamas no prédio, resultando na destruição de equipamentos eletrônicos e mobília nova que seriam distribuídos pelos campi. Ninguém ficou ferido.

# JacyFica: Diretora do ANDES-SN sofre perseguição na Universidade Federal do Espírito Santo

Entidade luta para reverter possibilidade de exoneração



A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) encontra-se no centro de uma controvérsia, com a possibilidade iminente de exoneração da professora Jacyara Paiva, diretora do ANDES-SN. Para o Sindicato Nacional, a situação representa um ataque à autonomia universitária e ao acesso e permanência do povo negro na universidade pública.

Jacyara também era vice-presidenta da Associação de Docentes da Ufes (Adufes - Seção Sindical do ANDES-SN) até dezembro do ano passado. A docente desenvolve projetos em temas como Desigualdade e pobreza, Processos educativos em espaços não escolares e Educação para relações étnico-raciais. É militante do movimento negro capixaba e do movimento de meninas e meninos de rua do Brasil.

Na noite de 28 de dezembro de 2023, durante o período de recesso, a professora Jacyara tomou conhecimento de um despacho da Procuradoria-Geral Federal junto à universidade (PGF/Ufes) buscando sua exoneração do cargo de docente. O parecer jurídico se refere a uma decisão, transitada em julgado, de

um processo de 2021. Tanto a reitoria quanto o departamento da Ufes ao qual Jacyara está vinculada já haviam manifestado, em 2018, o interesse pela permanência da professora e pelo arquivamento da ação

## O caso

A docente questionou judicialmente um edital para concurso docente, publicado em 2017, uma vez que o processo seletivo no qual ela havia sido aprovada anteriormente ainda estava com validade. A ação foi iniciada com um mandado de segurança impetrado por Jacyara em desfavor da Ufes, buscando sua nomeação com prioridade para o cargo de Professora do Magistério Superior do Quadro Permanente da Ufes.

Conseguida a liminar, ela adentrou aos quadros da universidade, conforme sentença judicial. “CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA pretendida por JACYARA SILVA DE PAIVA, apenas para reconhecer o direito da Impetrante de ser nomeada com prioridade para o cargo de Professor do Magistério Superior do Quadro Permanente da UFES, do Centro de Educação –

Departamento de Linguagens, Cultura e Educação, na Área/Subárea: Educação, na vaga prevista no Edital nº 42/2017, porquanto publicado ainda na vigência do certame anterior (Edital nº 124/2013), no qual a candidata fora aprovada, sendo a próxima classificada na lista de respectiva, ressaltando-se que a nomeação deverá ocorrer em momento considerado oportuno pela Administração, porém, dentro do prazo de validade do certame regido pelo Edital nº 124/2013, e desde que preenchidos os requisitos de investidura previstos no instrumento respectivo, o que será aferido pela Administração”.

Diante da sentença, ambas as partes recorreram em apelação. Entretanto, mesmo com recurso interposto, a Ufes apresentou o Memorando 182/2018/GR/UFES, no qual conclui pelo interesse na permanência da professora no quadro docente da universidade, bem como afirma a necessidade de encerramento do litígio judicial, uma vez que “não há óbice quanto à permanência da professora em questão e, sendo assim, a Ufes tem interesse em encerrar o litígio judicial, tornando efetivo o ingresso da



referida professora nos quadros funcionais de nossa Instituição”.

No entanto, o caso, tramitado em julgado há cerca de três anos, foi resgatado pela Procuradoria-Geral da República/Ufes em 2023. A orientação do órgão foi de exoneração imediata da docente, ignorando o fato de que a trabalhadora estava em pleno gozo de suas férias e exerce mandato sindical, com direito à estabilidade no cargo até um ano após o término da sua gestão.

“Nós conseguimos, na reunião que tivemos com a reitoria no dia 17 de janeiro, convencer a Administração da universidade a aguardar nosso recurso. Nós apresentamos vários elementos sustentando que não se podia exonerar a Jacyara, um deles é porque ela está em mandato sindical, além de outros elementos administrativos e que têm legitimidade jurídica para garantir o emprego da professora. Além disso, Jacyara está de férias até 31 de janeiro”, explicou Caroline Lima, 2ª secretária do ANDES-SN e encarregada de Assuntos Jurídicos da entidade.

Conforme a diretora do Sindicato Nacional, em menos de 48 horas após a reunião, que era o prazo para o ANDES-SN entregar o recurso com elementos sobre o mandato sindical, a reitoria divulgou uma nota oficial informando que devolveu o processo da professora de Jacyara para a Advocacia-Geral da União (AGU), dizendo que aguardaria uma nova análise da AGU sobre a possível exoneração, numa tentativa de reverter a situação.

“Apesar disso, a reitoria continua, em sua página oficial, dizendo que está cumprindo com uma determinação legal e que não tem poder de interferir na decisão, o que não é verdade. E nós, do ANDES-SN, já apresentamos os argumentos sobre isso”, acrescentou.

Ainda de acordo com a Encarregada de Assuntos Jurídicos da entidade, durante a reunião com a reitoria da Ufes para tratar do caso, o Procurador Federal que atua na universidade, Francisco Vieira Lima Neto, comentou que a retomada da ação, que havia sido encerrada em 2021, se deu após a PGR/Ufes ser provocada por uma mensagem anônima, questionando os rumos do processo.

A data do envio da mensagem, segundo a diretora do ANDES-SN que acompanha o caso, coincide com uma denúncia de assédio feita por Jacyara, em julho de 2023. Esse caso também vem

sendo acompanhado pela Comissão de Enfrentamento à Perseguição Docente do Sindicato Nacional desde então.

A data do envio da mensagem, segundo a diretora do ANDES-SN que acompanha o caso, coincide com uma denúncia feita por Jacyara, em julho de 2023, sobre constrangimentos e coações no espaço de trabalho. Nesta ocasião, a direção do ANDES-SN e da ADUFES Seção Sindical, em 31 de agosto de 2023, participou de reunião com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Comissão Institucional da Ufes que é responsável por processos disciplinares com o objetivo de pressionar pela resolução da questão. Foi defendida a mediação e a retratação da Chefia do Departamento de Linguagens Cultura e Educação da Ufes. Este caso também vem sendo acompanhado pela Comissão de Enfrentamento à Perseguição Docente do Sindicato Nacional desde então.

Jacyara está sendo assistida pela Assessoria Jurídica da Adufes SSind. e pela Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN. Esta última representou a docente em uma audiência na Procuradoria-Geral da União (PGU), no dia 2 de fevereiro, e entregou um dossiê sobre o processo da professora às procuradoras e aos procuradores.

### Combate à Perseguição

A Comissão de Enfrentamento à Criminalização e à Perseguição Política a Docentes foi instituída após deliberação do 37º Congresso do ANDES-SN, em 2018. Já atuou no apoio à categoria em diversos casos de ataques a professores e professoras da base do Sindicato Nacional. Somente nos últimos seis meses, após a posse da atual diretoria, já foi acionada para acompanhar casos de docentes em quatro universidades federais, além de situações nacionalizadas.

Caroline Lima conta que a comissão se reuniu com as reitorias da Ufes e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para representar docentes que enfrentam perseguições nessas IFE. Também vem atuando junto a docentes da área de Educação Física da base do Sindicato Nacional, que estão sofrendo retaliação dos conselhos de classe. Para isso, realizou uma reunião com o conjunto de professores e professoras e, também, com o Conselho Federal de Educação Física.

“Na Universidade Federal de

Pernambuco nós tivemos outros dois casos de processos administrativos que resultaram em suspensão de salário de um professor, que acompanhamos até que fosse resolvido. Inclusive, garantimos, pelo Fundo de Solidariedade do ANDES-SN, que o professor não ficasse com o salário cortado, até ele ter a remuneração devolvida. Tivemos também a situação de uma professora que apontou elementos de perseguição e estamos acompanhando junto à Comissão de Ética do MEC”, elencou Caroline.

A Comissão de enfrentamento à criminalização e à perseguição política agiu também no caso de 32 docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF), alvos de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) movido pelo Ministério da Educação (MEC) por, em 2008, votarem e aprovarem, no Conselho Universitário (CUV), por unanimidade, a favor do reenquadramento de Técnicos Administrativos em Educação da universidade.

A instância do Sindicato Nacional acompanha ainda o caso de professoras e professores perseguidos por se manifestarem a favor da liberdade do povo palestino e contra o genocídio promovido por Israel. O deputado federal Gustavo Gayer (PL/GO) fez uma denúncia contra docentes da base do ANDES-SN, estudantes, intelectuais, parlamentares, partidos políticos, movimentos sociais, a partir de uma lista encaminhada à Embaixada dos Estados Unidos, acusando pessoas e instituições de serem simpatizantes de grupos terroristas, especialmente simpatizantes do Hamas.

O ANDES-SN protocolou uma representação em desfavor do parlamentar na presidência da Câmara dos Deputados, solicitando a instauração de procedimento administrativo e encaminhamento do caso à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, para apuração da conduta do deputado, bem como aplicação da penalidade de perda do mandato.

“A comissão não parou nenhum minuto. Fizemos várias reuniões, junto com a Assessoria Jurídica Nacional. Nós fizemos reuniões com a representação da reitoria tanto da Federal do Espírito Santo, em julho e agora, recentemente, em janeiro, e também na Federal de Pernambuco, salvo engano em setembro, para acompanhar esses casos lá da UFPE”, acrescentou a dirigente.

# Desastre-crime de Brumadinho completa **cinco anos**

Tragédia é considerada maior acidente de trabalho na história do país



Foto: Patrícia Sousa (MAB)

Às 12h28 do dia 25 de janeiro de 2019 a barragem principal da mina do Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG), rompeu-se. Nenhuma sirene de alerta tocou. A barragem liberou 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro, lama e água, que atingiram trabalhadoras e trabalhadores da mineradora e moradoras e moradores em áreas residenciais. O episódio resultou em 270 pessoas mortas - incluindo duas mulheres grávidas -, deixou dezenas de desabrigadas e desabrigados e causou danos ambientais irreparáveis. Após 5 anos do desastre-crime, ninguém foi condenado.

Além das vidas ceifadas, uma das principais consequências foi o impacto ambiental, uma vez que houve destruição da vegetação nativa, contaminação de rios e destruição dos ecossistemas da região. E mais: famílias perderam suas casas e seus meios de subsistência. Foram atingidos 26 municípios de Minas Gerais, ao longo da Bacia do Paraopeba, da Represa de Três Marias e do Rio São Francisco.

Há um processo criminal que tramita a partir de uma denúncia do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), apresentada em 2020 com base em investigações da Polícia Civil do estado. Ao todo, 16 pessoas, entre diretoras, diretores,

funcionárias e funcionários da Vale, mineradora responsável pela barragem, da Tüv Süd - empresa de consultoria alemã que atestou a segurança da barragem - foram denunciadas pelo crime. Os envolvidos foram acusados de homicídio qualificado, além de crimes de poluição e contra fauna e a flora.

No âmbito judicial, a empresa Vale foi responsabilizada por indenizações às famílias das vítimas, bem como por multas e penalidades impostas pelos órgãos públicos. Conforme o Termo de Compromisso da Defensoria Pública de Minas Gerais, foi destinado R\$ 1,3 bilhão para a reparação direta às pessoas atingidas. Entretanto, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), a grande maioria da população não foi indenizada individualmente.

Ainda de acordo com informações do MP/MG, foram concedidas mais de 2,5 mil indenizações relacionadas aos danos sofridos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores. O rompimento da barragem é considerado também o maior acidente de trabalho verificados na história do Brasil. Das vítimas fatais, 236 trabalhavam na Vale.

Segundo Luiz Eduardo Santos, 1º vice-presidente da Regional Nordeste I e da coordenação do Grupo de Trabalho

de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA) do ANDES-SN, além de pagar o valor justo referente à reparação e indenizações, a Vale precisa ser responsabilizada criminalmente pelo que ocorreu há cinco anos.

“Os acionistas da Vale ganharam mais de uma centena de bilhão de reais e o que foi pago em indenização é um valor muito abaixo desse lucro. Existe uma grande morosidade por parte da Justiça em não fazer o que deve ser feito, cobrar o pagamento de indenizações justas, mas, sobretudo responsabilizar a Vale por esse crime hediondo que aconteceu no Brasil. O que vimos desde 2019 é uma completa omissão por parte dos poderes públicos instituídos. Durante o governo Bolsonaro, nada foi feito nesse sentido. A tarefa desse governo atual é cobrar que as reparações sejam cumpridas, não apenas para as famílias das vítimas, mas também para destinar recursos para salvar o rio Paraopeba”, disse.

Pesa ainda sobre a mineradora, o vazamento de documentos internos apontando que a Vale havia realizado estudos com valores de indenização por morte caso a barragem se rompesse. Os documentos indicam ainda que a empresa tinha conhecimento dos riscos de isso acontecer.

“A prática empresarial, condicionada à

aferição de riscos e projeção de lucratividades, de fato, se sobrepõe às perspectivas de continuidade de vida na Terra e, nesse caso, em particular, às vidas humanas e não humanas nas cercanias da atividade minerária empreendida pela Vale. Nesse caso em específico, de forma ainda mais explícita, foram vazados documentos em que a Vale quantificava o valor de vidas humanas, de multas ambientais, de reparações que, porventura, precisariam ser feitas, com vistas a tensionar os próprios limites de segurança e viabilidade das atividades de mineração de ferro na região. Isso é algo que se reproduz, não é uma exclusividade da Vale, a própria realidade mineira já tinha sido marcada, em um momento anterior, pelo desastre-crime de Mariana, promovido pela Samarco”, analisou Gustavo Seferian, presidente do ANDES-SN e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

### Legislação

O Congresso Nacional demorou mais de quatro anos, após o desastre-crime de Brumadinho, para aprovar a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Lei 14.755/23). Esta lei estabelece as obrigações das empresas em relação a indenizações e reparações, como reparação econômica e social; reparação por danos morais, individuais e coletivos; reassentamento coletivo como prioridade; auxílio emergencial até que as famílias atingidas se recuperem economicamente. Além disso, a lei determina que a empresa responsável pelo impacto ambiental, social e econômico deve definir e implementar planos para a recuperação do desenvolvimento social e econômico das regiões afetadas.

Em Minas, a Lei 23.291/19, conhecida como “Mar de Lama Nunca Mais”, instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens, que criou dispositivos fundamentais como o não licenciamento de barragens a montante (como a de Brumadinho), proibição de construção de barragens quando houver casas muito próximas ao empreendimento; entre outros. A legislação está em vigor desde 2019, mas é descumprida pelo governo estadual.

O objetivo de ambas legislações é que evitar que se repitam as situações como a de Brumadinho e Mariana. Em 2015, uma barragem da Samarco se rompeu no município de Mariana, deixando 18 pessoas mortas e uma desaparecida, além de um lastro de lama e contaminação.

As consequências do desastre-crime socioambiental fazem parte do cotidiano da população que reside nas regiões afetadas. Segundo o Instituto Guaicuy, assessoria técnica independente que conduziu uma pesquisa nos municípios de Curvelo e Pompéu, 43,8% das pessoas entrevistadas declararam perda de renda e 56% relataram alteração nos hábitos alimentares após o rompimento da barragem de Brumadinho.

### Alerta

De acordo com estudo realizado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e por instituições de ensino de Minas Gerais e Portugal, quatro das seis barragens de rejeitos da Vale ainda presentes na região de Brumadinho, bacia do ribeirão Ferro-Carvão, estão localizadas em áreas de alto risco. No artigo, é apresentada uma metodologia desenhada especialmente para a avaliação da vulnerabilidade geomorfológica do terreno, uma abordagem que, segundo as autoras e os autores, é frequentemente negligenciada pelas mineradoras no momento da escolha dos

pontos para instalação das barragens.

Ao aplicar a metodologia de análise à região onde estava localizada a barragem que se rompeu cinco anos atrás, foi constatado que a mesma também estava em uma área de alto risco geomorfológico. Também foi observada a existência de várias nascentes de água naquela região.

### ANDES-SN contra a mineração

Em 2019, durante o 38º Congresso do ANDES-SN em Belém (PA), foi aprovada uma moção de repúdio ao crime ambiental e de solidariedade à população de Brumadinho. No ano seguinte, no 39º Congresso do ANDES-SN, foi deliberado, entre outras ações, que o Sindicato Nacional se articulasse e apoiasse o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que denuncia os conflitos envolvendo a mineração e debate o modelo da atividade minerária. Em 2023, o ANDES-SN realizou o III Seminário Intercultural “Direito à vida, democracia e desenvolvimento socioambiental” em Belém (PA), no qual um dos debates foi sobre transição energética.

“A vida não pode estar abaixo dos lucros, ou o lucro não pode estar acima das vidas. E essa é a tônica em que atua o empresariado e que tem o capital mineral como uma das suas manifestações mais evidentes”, reforça o presidente do Sindicato Nacional.



Foto: Marcelo Camargo (Agência Brasil)

### Homenagens

Para marcar os 5 anos do desastre-crime, no dia 25 de janeiro, 272 cruzes foram fincadas no gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), e diversos atos ocorreram, tanto na data quanto durante a semana, na cidade de Brumadinho (MG) em homenagem às vítimas que morreram com o rompimento da barragem, para cobrar uma reparação justa e pela punição das e dos responsáveis pelo crime. Durante o ato em Brumadinho, o nome de cada uma das vítimas foi lido. Parentes deixaram flores e vestiam camisetas com as fotos dos entes queridos estampadas.

# Fortaleza se prepara para receber o 42º Congresso do ANDES-SN

Foto: Banco de Imagens - Prefeitura de Fortaleza



**H**ospitalidade, cultura e ricos debates animarão a estadia das e dos docentes que participarão do 42º Congresso do ANDES-SN em Fortaleza (CE). Tendo como tema central “Reverter as contrarreformas, em defesa da educação, dos serviços públicos, das liberdades democráticas e direitos sociais”, o evento acontecerá de 26 de fevereiro a 1º de março, na Universidade Federal do Ceará.

“Tenho certeza de que serão dias que vão fortalecer nosso sentido de pertença à categoria docente e nossa energia como lutadores sociais, que são todos os que lutam pela educação pública, pela universidade pública neste país”, afirma Irenísia Oliveira, presidenta da Associação de Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc), a seção sindical que recebe o congresso.

## Lutas no Ceará

No segundo semestre de 2023, a categoria docente da UFC encerrou um triste episódio de quatro anos de intervenção na universidade, com a posse de um reitor democraticamente eleito. “A Adufc teve uma atuação muito forte no enfrentamento a essa intervenção, tanto para dentro como para fora da universidade, e consideramos que nossa categoria coletivamente saiu desse embate mais forte e mais consciente da necessidade da gestão democrática”, comenta Irenísia.

De acordo com a docente, a Adufc representa três universidades federais no Ceará – UFC, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(Unilab) e Universidade Federal do Cariri (Ufca) – e tem feito uma luta muito forte pela democratização das gestões universitárias, denunciando assédios institucionais, processos arbitrários, resquícios autoritários, mas também apoiando processos democráticos nas universidades.

“Além das nossas lutas, a Adufc apoia, e está sempre aberta a receber outras lutas, de outros sindicatos, do movimento estudantil e dos movimentos sociais. Apoiamos a luta dos sem-terra pela reforma agrária, nos acampamentos e assentamentos, a dos sem-teto nas ocupações e nas tentativas de desapropriação, a dos indígenas pela demarcação de terras e por reconhecimento, pela educação indígena e contra a mineração de Urânio em Santa Quitéria”, conta.

A entidade também tem apoiado a luta contra a violência policial nas periferias, e

por justiça, reconhecimento e reparação às mães das vítimas da chacina do Curió, que vitimou onze jovens, a maioria entre 16 e 18 anos. “Também ajudamos a repercutir e apoiamos a AOCA, associação que tem feito no Ceará uma luta incansável por políticas públicas para os órfãos da Covid. Na Adufc, o movimento negro, assim como coletivos de mulheres e da luta LGBTQIAPN+ encontram ressonância e solidariedade. São também lutas da Adufc o combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à transfobia e a todas as formas de discriminação e ataque à dignidade da pessoa”, acrescenta.

## De volta ao ANDES-SN

A presidenta da Adufc acredita que para qualquer seção sindical do ANDES-SN é sempre uma honra sediar o congresso da entidade, que é a instância máxima deliberativa da categoria docente, e reúne as delegações representativas de dezenas de milhares de filiados e filiações. “A importância da existência e da luta do ANDES-SN se faz sentir com muito peso nesse momento”, destaca.

Mas, ainda segundo sua avaliação, a Adufc sediar o 42º Congresso do Sindicato Nacional em 2024 é uma alegria ainda maior e tem uma simbologia muito especial. “Será nele que vamos concluir o processo de retorno ao sindicato nacional, homologando finalmente a Adufc como seção sindical do ANDES-SN. Então, esse congresso para nós é também um momento de celebração”, finaliza.



Foto: Nah Jereissati/ADUFC

# Ceará: terra da luz e de resistência

O 42º Congresso do ANDES-SN é sediado neste ano pela Adufc, que representa docentes das instituições federais de ensino superior do Ceará.

Por: Lorena Alves Crispim DrT 2853 JP/CE, Larissa Vasconcelos DrT 00030053/CE e Nah Jereissati DrT 0003902/CE

Foto: Nah Jereissati/ADUFC



Assembleia conjunta de docentes, estudantes e TAEs realizada em 22 de agosto de 2019, logo após a nomeação do interventor Cândido Albuquerque

Fortaleza (CE) recebe, de 26 de fevereiro a 1º de março, o 42º Congresso do ANDES-SN. O momento é simbólico porque ocorre no contexto de retomada da democracia na Universidade Federal do Ceará (UFC), sede do evento, após quatro anos de intervenção e perseguição ao movimento sindical docente. Para a anfitriã Adufc, a ocasião também é especial por marcar o retorno da seção sindical à base do Sindicato Nacional, por decisão soberana da categoria. “Estamos muito felizes em receber o mais importante e democrático espaço de deliberação do ANDES-SN”, destaca a presidenta da Adufc, Irenísia Oliveira.

A capital cearense respira política e foi um dos polos de resistência contra o

fascismo no desgoverno de Jair Bolsonaro e o intervencionismo nas universidades federais. A Adufc participou ativamente das agitações na cidade com atos, cadeiraços, assembleias unificadas e denúncias à imprensa, contra a censura e o autoritarismo ao longo dos últimos anos. O Ceará está de portas abertas para acolher professoras e professores e debater os rumos da educação pública e da organização da luta docente. O encontro propiciará ainda interlocução com movimentos sociais e coletivos do estado, por meio de apresentações culturais, exposições e feiras gastronômicas.

Com quase nove milhões de habitantes, o Ceará é um dos nove estados do Nordeste e integra o semiárido brasileiro.

A sua história é atravessada por secas, migrações e desigualdades sociais, mas também pela resistência de seu povo em busca de condições dignas de vida e trabalho. O estado foi o primeiro do Brasil a abolir a escravidão, em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, ganhando o título de Terra da Luz. Entre as lideranças abolicionistas, estava o jangadeiro Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, que empresta nome a um centro cultural da capital cearense.

Ainda hoje o território cearense convive com resquícios do coronelismo e das oligarquias políticas que dominaram o estado até meados do Século XX, sendo um desafio que perdura, o enfrentamento à concentração de renda, de poder e de conglomerados de mídia nas mãos de poucas famílias da classe dominante. Como resposta a esse cenário, o estado destaca-se historicamente por um forte controle social construído a partir da articulação de movimentos da sociedade civil do campo progressista, especialmente na área da educação, nas lutas pela terra e por moradia e na defesa dos direitos humanos e sociais.

## Adufc: defesa da educação pública e da democracia

A Adufc foi fundada em 28 de abril de 1980, à época como Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará, por um grupo de professores que estava envolvido no processo de redemocratização do país e de reorganização do movimento docente nacionalmente. Essa articulação iniciou-se anos antes, na década de 1970, quando docentes se reuniam às escondidas



Assembleia Geral conjunta, 22 de agosto de 2019 (Fotos: Nah Jereissati/Adufc)

Foto: Nah Jereissati/ADUFC



Adufc e Fórum Permanente em Defesa do Serviço Público - Ceará em ato contra a PEC 32/20 no Aeroporto Pinto Martins em Fortaleza (CE)

na universidade e em eventos científicos nacionais, durante a ditadura civil-militar, para falar de política e organização sindical. A Adufc também atuou, na mesma época, na criação do ANDES Sindicato Nacional. Ainda como associações, Adufc e ANDES-SN participaram ativamente da Constituinte de 1988 e da construção do que se entende hoje por educação pública.

Desde sua fundação, a entidade teve papel fundamental para a consolidação das três universidades que representa – Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) – como espaços de produção de conhecimento crítico no estado. A Adufc pauta sua atuação em defesa dos direitos da categoria docente e de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada para todas e todos.

Alinhada às lutas do Sindicato Nacional, a Adufc tem centrado forças desde o ano passado na campanha salarial de servidoras e servidores públicos federais e em defesa da reestruturação

da carreira docente, compondo as jornadas de lutas em Brasília e no Ceará. A entidade também se manteve firme na mobilização contra a reforma administrativa (PEC 32/2020) e outras medidas que ameaçam o serviço público e precarizam as condições de trabalho do funcionalismo. No Ceará, é interlocutora constante de movimentos sociais, estudantis e sindicais, compreendendo a abrangência da luta docente como catalisadora de mudanças estruturantes e redução das desigualdades sociais. Compõe atualmente a coordenação colegiada do Fórum Permanente em Defesa do Serviço Público - Ceará e coordenação adjunta do Fórum Estadual de Educação (FEE-CE).

Ao longo das mais de quatro décadas de atuação, a Adufc sempre esteve comprometida com a defesa da democracia. Nos últimos anos, com a ascensão do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, o sindicato foi uma das principais vozes no Ceará de denúncia dos ataques ao ensino superior público. A UFC foi uma das primeiras universidades para as quais foram nomeadas reitorias interventoras pelo ex-

-presidente da República, em 2019. Desde o dia 1 de intervenção, a Adufc, com apoio do movimento estudantil, foi resistência e enfrentou a perseguição contínua da gestão superior bolsonarista, que teve como alvos centrais os movimentos sindicais e estudantis. O primeiro ato contra a intervenção foi a criação do Comitê em Defesa da Autonomia Universitária.

Durante o conturbado quadriênio 2019-2023, atravessado por uma pandemia sem precedentes, a Adufc esteve nas lutas e nas ruas dizendo não a um governo federal e uma gestão superior negacionistas, bem como lutando por vacinas, educação e democracia dentro e fora da universidade. Como memória desse período, o sindicato lançou, em agosto passado, o livro “Intervenção na Universidade Federal do Ceará (2019-2023): Autoritarismo e Resistência”. Nesse período, a Adufc caminhou sempre com o ANDES-SN, construindo a luta docente e o retorno como base ao combativo e destemido Sindicato Nacional que ajudou a criar.



Docentes e estudantes em ato pela Semana da Educação em Defesa da Democracia, organizado pela Adufc. Ago/22



Dossiê lançado pela ADUFC em 2023 sobre os quatro anos de luta contra a intervenção na UFC

Foto: Nah Jereissati/ADUFC

## Programação 42° Congresso do ANDES-SN

<b>26 de fevereiro</b> (segunda-feira)	<b>9h às 18h</b> Credenciamento <b>10h30 às 13h</b> Plenária de Abertura Plenária de instalação	<b>9h às 18h</b> Credenciamento <b>15h às 19h</b> Plenária do Tema I	
<b>27 de fevereiro</b> (terça-feira)	<b>9h às 12h</b> Grupo Misto Tema II	<b>14h às 18h</b> Grupo Misto Tema III	<b>18h30h às 21h30</b> Grupo Misto Tema III
<b>28 de fevereiro</b> (quarta-feira)	<b>9h às 13h</b> Grupo Misto Tema IV	<b>15h às 19h</b> Plenário do Tema II	<b>Livre</b>
<b>29 de fevereiro</b> (quinta-feira)	<b>9h às 12h</b> Plenária do Tema III	<b>14h às 17h</b> Plenária do Tema III	<b>18h30 às 21h30</b> Plenária do Tema IV
<b>1° de março</b> (sexta-feira)	<b>9h às 12h</b> Plenária do Tema IV	<b>9h às 12h</b> Plenária de Encerramento <small>*Poderá ser estendida até às 23h59</small>	

Tema I - Conjuntura e Movimento Docente  
Tema II - Planos de Lutas dos Setores  
Tema III - Plano Geral de Lutas  
Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras

# Como chegar aos locais do evento

As atividades do 42º Congresso do ANDES-SN ocorrerão no Centro de Convivência do Campus do Pici - Universidade Federal do Ceará (UFC), com exceção da Cultural, que será na Estação das Artes (R. Dr. João Moreira, 540 - Centro). Para facilitar o retorno dos/as professores/as aos hotéis e pousadas, a ADUFC disponibilizará ônibus exclusivos saindo do Campus do Pici para a região da Beira-Mar e Praia de Iracema ao final das atividades de cada dia.

Outra alternativa de transporte é o uso dos aplicativos Uber e SindiTaxi - neste caso, selecione o endereço Centro de Convivência e Eventos do

Pici como local de partida/destino. As mesmas recomendações se repetem no dia da Cultural (28/2) – após a plenária, teremos ônibus disponíveis para levar os/as participantes do Pici para a Estação das Artes e, no encerramento da festa, de lá para a região das pousadas e hotéis indicados pela organização do Congresso. Uber e táxi seguem como alternativas viáveis para docentes que queiram voltar mais cedo.

Para auxiliar os e as Congressistas que estiverem em Fortaleza no 42º Congresso do ANDES-SN, foi elaborado um Guia do Congressista, contendo mais informa-



ções. Para acessá-lo, aponte seu celular para o QRCode acima.



- [1]** Centro de Convivência do Campus do Pici - UFC
- [2]** Instituto de Cultura e Arte - UFC
- [3]** Restaurante Universitário
- [4]** Biotério Central - UFC
- [5]** Biblioteca Universitária - UFC
- [6]** Açude da Agronomia
- [7]** Seara da Ciência

